

--- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 02 DE MAIO DE 2007. -----

--- LOCAL DA REUNIÃO – Sede da Junta de Freguesia de Vale do Paraíso.-----

--- A reunião teve início às dezassete horas e trinta e cinco minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Joaquim António Neves Ramos e os Srs. Vereadores José Manuel Isidoro Pratas, Marco António Martins Leal Pereira e Marília Oliveira Inácio Henriques, pelo Grupo do PSD, os Srs. Vereadores António José Mateus de Matos e Ana Maria Correia Ferreira e, pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador António José da Fonseca Nobre. -----

--- Secretariou a reunião a Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

--- ANÚNCIOS DO PRESIDENTE E VEREADORES-----

--- O Sr. Presidente dirigiu uma saudação especial ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Paraíso, a todos os elementos da Junta e a toda a população pela forma como foram recebidos e acompanhados na visita pela freguesia.-----

--- O Sr. Presidente informou que o Sr. Vice-presidente foi substituído pela Sra. Vereadora Marília Henriques. -----

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO -----

--- Interveio o Sr. Casimiro Narciso questionando se houve esquecimento na colocação de semáforos nos Casais das Comeiras, tal como o Sr. Presidente havia prometido. -----

--- Interveio o Sr. José Alexandre referindo esperar que a presente visita traga benefícios para a freguesia, nomeadamente na abertura do pavilhão, na Rua 25 de Abril e na ligação dos esgotos. Solicitou ainda que a colocação de sinalização seja concluída em toda a freguesia.-----

--- O Sr. Presidente respondeu não se ter esquecido dos Casais das Comeiras, onde existem duas situações por resolver, o arranjo do largo da capela (o projecto está feito mas a Câmara não tem cabimento para lançar a obra) e os semáforos (esta situação já foi tratada, está agora no processo burocrático para adjudicação, para serem colocados a partir do dia 8 de Maio). -----

--- Sobre os esgotos, existe uma parte da freguesia que já está ligada aos esgotos e à etar, mas há um número elevado de ligações à rede unitária (será apenas para águas pluviais) que terão que ser ligados à rede separativa de esgotos. A Câmara assumirá as suas responsabilidades e notificará os munícipes para que estes assumam a responsabilidade de ligação à rede. -----

--- Os arranjos exteriores e a reformulação da Rua 25 de Abril (na área do pavilhão) serão feitos no âmbito da EMIA mas, houve alteração à Lei das Finanças Locais, à Lei do Sector Empresarial do Estado e a Câmara está a estudar as alterações aos Estatutos e ao contrato-programa com a EMIA e até esta situação estar claramente definida ficou decidido que não se irá adjudicar nenhuma obra.-----

--- INTERVENÇÕES DOS SENHORES VEREADORES -----

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre informando que por motivos profissionais não pôde estar presente na visita à freguesia de Vale do Paraíso, pedindo desculpas pelo facto.-----

--- Lembrou, relativamente ao saneamento, que há um local à entrada da sede de freguesia onde os esgotos correm a céu aberto, considerando a situação inaceitável e pretende que o Município intervenha neste problema de saúde pública.-----

--- Teve conhecimento da nomeação de um novo dirigente na administração municipal, deixando o pedido para que seja apresentado aos Srs. Vereadores e pretende saber qual o vínculo que o liga ao Município. -----

--- Acerca de um parecer da Procuradoria-geral da República sobre a incompatibilidade do exercício de cargos em empresas municipais de eleitos dos órgãos do município, pretende saber o que a Câmara fez ou fará nesse sentido.-----

--- A título de natureza informativa, é do domínio público que foram colocados em hasta pública terrenos do Estabelecimento Prisional de Alcoentre – EPA, na mesma ocasião o Secretário de Estado anunciou a construção de um novo estabelecimento prisional em Alcoentre. Pretende saber se a Câmara foi ouvida sobre estes dois assuntos.-----

--- Sobre o novo aeroporto na Ota, chegou a público que existe um projecto (anterior à localização definitiva e ao estudo de impacto ambiental) para instalação de uma mega cidade aeroportuária na órbita da Ota, que envolveria 1.700 hectares, para a sua implantação reconverter-se-ia solo agrícola em industrial. Questionou se a Câmara foi ouvida ou se o Sr. Presidente tem conhecimento oficial sobre esta matéria, uma vez que afectaria os Municípios de Azambuja e Alenquer. Advertiu o Sr. Presidente que a informação que prestar poderá ser sempre susceptível de ser usada em Tribunal.-----

--- Solicitou ainda informação sobre os pedidos para reapreciação de projectos (quais os pedidos entrados, a natureza dos mesmos e a razão pela qual foram indeferidos anteriormente) consequentes da descoberta da nova condicionante da REN.-----

--- Interveio o Sr. Vereador António José Matos dizendo que relativamente à freguesia de Vale do Paraíso, sempre reparou que esta é uma freguesia exemplar em termos de limpeza, considerando que o segredo está em não sujar.-----

--- Afirmou que existem situações de resolução urgente na freguesia, como a estrada 1º de Dezembro, o assoreamento da linha de água e o acordo para que o pavilhão deixe de fazer parte de terras de Azambuja e passe a pertencer a Vale do Paraíso.-----

--- Na última Assembleia Municipal o Sr. Presidente referiu que a conclusão dos esgotos de Vale do Brejo estariam dependentes do próximo Quadro Comunitário de Apoio – QCA, por isso lembra o compromisso assumido pela Câmara de que os Srs. Vereadores seriam convidados a assistir à impermeabilização da estação elevatória da primeira rotunda, em Vale do Brejo.-----

--- Há cerca de um ano, falou da necessidade de realização de planos de emergência e de simulacros nas escolas do concelho, mas pelo conhecimento que tem, nunca se realizaram.-----

--- Outra proposta apresentada pelo PSD e aprovada por unanimidade, dizia respeito aos inúmeros entroncamentos e cruzamentos na estrada 512 mal sinalizados. Pretende saber se algo já foi feito.-----

--- Quase há um ano apresentou a seguinte Moção, que foi aprovada por unanimidade:-----

--- **Moção**-----

--- *O previsível encerramento da unidade da GM em Azambuja irá afectar não só os trabalhadores da empresa e suas famílias, mas também os de outras empresas suas fornecedoras e o município azambujense, em geral, traduzindo-se num factor de crise económica para o concelho que poderá acarretar graves problemas sociais.*-----

--- *A Câmara Municipal de Azambuja não pode ficar passiva, propondo-se contribuir activamente para dinamizar e revitalizar o tecido económico do concelho, devendo fazê-lo independentemente de vir a surgir uma solução que permita a continuidade da laboração dessa unidade fabril.*-----

--- *Caso esse encerramento venha a ser um facto, a Câmara Municipal de Azambuja considera ser dever do Governo intervir, nomeadamente começando de imediato a estudar medidas excepcionais de apoio à região, em geral, e ao concelho de Azambuja em particular, que favoreçam a captação de novas empresas, utilizando todos os instrumentos de que dispõe para esse fim, entre os quais a Agência Portuguesa para o Investimento (API).*-----

--- A Câmara Municipal de Azambuja considera ser seu dever exigir do Governo meios para a criação de um Parque Empresarial no concelho, que poderá ser gerido pela API Parques e eventualmente participado por empresas privadas e pela Câmara Municipal de Azambuja (criando-se nesta eventualidade uma excepção sobre o limite de endividamento camarário para este efeito):-----

--- A Câmara Municipal de Azambuja assume que o Gabinete de Actividades Económicas da Câmara Municipal deve incrementar a sua actividade, e nomeadamente:-----

--- a. apoiar o desenvolvimento de ideias de negócio, elaboração de projectos e selecção de financiamentos disponíveis;-----

--- b. elaborar projectos de candidatura aos incentivos disponíveis, de âmbito nacional e comunitário, para a criação de empresas e de empregos, em conjugação com os empresários; --

--- c. disponibilizar os esclarecimentos necessários acerca das formalidades para criação de empresas, licenciamento de actividades e de instalações, bem como os contactos das entidades que vierem a ser envolvidas na execução do projecto.-----

--- A Câmara Municipal de Azambuja considera imperativa a implementação de uma estratégia de formação, em conjugação com o tecido empresarial e a ACISMA, que permita:-----

--- a. a dotação de novos conhecimentos aos trabalhadores em situação de desemprego, por forma a alargar o leque de possibilidades na procura de novo posto de trabalho;-----

--- b. a transmissão de conhecimentos na área de criação e gestão de negócios, por forma a melhorar a possibilidade de sucesso na geração de micro-empresas e PME's.-----

--- A Câmara Municipal de Azambuja irá iniciar de imediato um estudo económico que permita determinar outros instrumentos utilizáveis pela Câmara Municipal na atracção de investimento (por exemplo ao nível do custo da água, processos de licenciamento e reduções de tarifas e taxas municipais).”-----

--- Com esta informação de que o Ministério da Justiça irá vender terrenos pertencentes ao EPA, considera que faria todo o sentido que a Câmara conseguisse alguns hectares para, em conjunto com a Agência Portuguesa para o Investimento – API, influenciar a criação de empresas. Posto isto, solicita que seja facultada documentação relativa à comunicação entre a Câmara, o Governo (Ministério da Justiça) e a ACISMA no sentido de realizar a Moção aprovada.-----

--- O Sr. Presidente respondeu que está a fazer-se o levantamento dos esgotos em Vale do Paraíso, onde a situação identificada pelo Sr. Vereador António Nobre será contemplada.-----

--- Sobre o parecer da Procuradoria-geral, fez uma consulta à Direcção-geral das Autarquias Locais – DGAL, mas ainda não obteve resposta, no entanto, a Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP enviou uma Circular que refere que: “ (...) a opinião exteriorizada no parecer nº 99/2006, de Janeiro de 2007, além de contrariar todas as orientações anteriores, quer do próprio Conselho Consultivo da Procuradoria-geral da República, quer do Tribunal de Contas e da Inspeção-geral de Finanças, colide frontalmente com o novo quadro legal subsequente à entrada em vigor da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, (...) Contudo, atendendo à enorme relevância que esta questão assume para os Municípios, a ANMP solicitou um parecer externo sobre o assunto, onde se conclui igualmente, de forma peremptória, pela possibilidade de cumulação de exercício das referidas funções.” Existem dois pareceres contrários, um da Procuradoria-geral que parece violar uma série de situações e este da ANMP. Pretende aguardar pelo parecer da DGAL para esclarecimento definitivo desta questão.-----

--- As relações da Câmara com o Ministérios da Justiça pautaram-se por duas reuniões onde foram tratados os seguintes assuntos: alienação de terrenos, novo estabelecimento prisional, formação profissional e cedência de casas para habitação social.-----

--- Os terrenos passaram de património do Estado para uma empresa, também do Estado, que faz a alienação de terrenos inserida na estratégia de combate ao défice. Daí não haver qualquer tipo de hipótese de cedência à Câmara e esta não tem capacidade financeira para adquirir estes terrenos.-----

--- Numa destas reuniões o Sr. Secretário de Estado deu a conhecer a intenção de construção de um novo estabelecimento prisional, tendo-se comprometido a dar conhecimento à Câmara das definições relativas ao projecto.-----

--- Sobre o novo aeroporto da Ota, informou que a Câmara está inserida em quatro grupos de trabalho: Plano Regional de Ordenamento do Território – PROT do Oeste e Vale do Tejo; Acessibilidades (conjuntamente com o NAER, a Estradas de Portugal e os Municípios de Alenquer e Vila Franca de Xira); Potencialidades de desenvolvimento decorrentes da instalação do novo aeroporto (conjuntamente com o NAER, RAV, Estradas de Portugal e os Municípios de Alenquer, Benavente, Cadaval, Cartaxo, Santarém e Vila Franca de Xira, houve um estudo encomendado pelo NAER à equipa do Prof. Augusto Mateus e do Arquitecto Bruno Soares) e um grupo de trabalho criado com o intuito de forçar a inclusão das acessibilidades locais nas acessibilidades do aeroporto (conjuntamente com os Municípios de Alenquer e Vila Franca de Xira).-----

--- Tem ouvido do Prof. Augusto Mateus que o conceito moderno de aeroporto é cidade aeroportuária e quando se projecta a instalação de um novo aeroporto, projecta-se o aeroporto e tudo o que advém da sua instalação. No caso específico da Ota, dadas as suas características, seriam um conjunto de infra-estruturas poli-nucleadas.-----

--- Informou que no dia 19 de Maio, haverá um colóquio, organizado pela Câmara e pela Caixa Agrícola de Azambuja sobre o tema: “Azambuja e o desafio da Ota”, em que o Prof. Augusto Mateus será um dos oradores e talvez daí possam ser indicados mais avanços relativamente a esta matéria.-----

--- Sobre a impermeabilização da estação elevatória, basta marcar com o Sr. Vice-presidente e os Técnicos da Câmara para se deslocarem ao local.-----

--- O Gabinete das Actividades Económicas está a realizar dois trabalhos nessa área, a criação de um Gabinete de Investidores, que visa facilitar a instalação de unidades industriais e serviços, com a ACISMA e a APAMIM e está praticamente garantida a cedência das instalações do Centro de Formação do Estabelecimento Prisional de Alcoentre para uma escola de formação profissional, conjuntamente com a ACISMA, a APAMIM e o CPJ.-----

--- O Sr. Vereador José Manuel Pratas informou que, relativamente aos planos de emergência, tem actualmente as plantas de seis escolas, prevendo que até meados de Maio o processo de recolha de plantas esteja completo. No presente ano lectivo não haverá mais simulacros, houve apenas um conjuntamente com os Bombeiros na Escola de Azambuja.-----

--- O Sr. Vereador António José Matos acrescentou que esta é uma falta do executivo camarário, uma vez que a proposta foi apresentada e aprovada há um ano.-----

--- Sobre a estação elevatória quer assistir à impermeabilização e não ouvir explicações.-----

--- O Sr. Vereador António Nobre referiu que o parecer da Procuradoria-geral, na sua perspectiva, é exemplar, pela sua isenção e imparcialidade e merece maior credibilidade do que outros que as entidades públicas encomendam.-----

--- Solicitou ainda que a Câmara notifique a EMIA para o envio de informação sobre a Constituição do Conselho de Administração, para poder solicitar parecer, específico do Município de Azambuja, à Procuradoria-geral da República.-----

--- Sobre a localização do novo estabelecimento prisional em Alcoentre, considera que não é indiferente porque o Estado não está cima da Lei, considera que tanto a Câmara como a população da Vila de Alcoentre deveriam ter uma palavra a dizer. -----

--- Relativamente à alienação de terrenos afectos ao EPA, considera que apenas uma política completamente desarticulada e meramente especulativa pode aceitar que se vendam terrenos sem saber o que se pretende ali fazer e como se vão vender.-----

--- Em relação ao aeroporto, lamenta que um ex-Ministro venha pronunciar-se sobre o assunto em que é interessado. Daí declinar, desde já, o convite para estar presente no colóquio. Acrescentou ainda que os assuntos devem ser tratados em locais próprios, onde fiquem vincadas as posições de cada um. -----

--- O Sr. Presidente, sobre o novo estabelecimento prisional, referiu nunca ter dito que a localização é indiferente, reiterou que a Câmara seria ouvida quando houvesse definições de projecto.-----

--- Os terrenos foram ou serão vendidos em hasta pública, não tendo a Câmara sido ouvida nesta matéria. Quem quer que compre os terrenos do EPA de Alcoentre terá que passar, numa fase posterior, pelo crivo das competências da Câmara, tal como acontecerá com a venda dos terrenos da Opel.-----

--- Sobre o colóquio a realizar no próximo dia 19 de Maio, considera que tem conseguido manter os órgãos autárquicos informados. Agora pretende trazer os responsáveis pelo estudo (encomendado pelo NAER) para que expliquem o que querem fazer no concelho, faz questão de estar presente para os poder confrontar. Como a Câmara não terá influência na localização do novo aeroporto na Ota, resta preparar o concelho de modo a poder enfrentar os desafios decorrentes da sua instalação. -----

--- O Sr. Vereador António Nobre referiu que a venda dos terrenos da Opel nada têm a ver com os terrenos do EPA. O primeiro pertence a uma entidade privada mas o segundo trata de terrenos do Estado, que no seu entender deveriam ser usados em favor do concelho, neste caso em favor do Alto Concelho.-----

--- Sobre a sessão do dia 19 de Maio, referiu que vão-se ouvir relatórios antecipados, pois os convidados têm interesses próprios ou foram pagos para fazer estudos que defendem a localização na Ota. Num Município que vai ser afectado por esta localização, lamenta que não se oiça a opinião das pessoas do concelho e dos órgãos municipais. -----

--- O Sr. Presidente respondeu que o seminário sobre as implicações do novo aeroporto é aberto ao público. -----

--- O Sr. Presidente fez um curto intervalo. -----

--- **APROVAÇÃO DE ACTAS**-----

--- Não houve.-----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Associação de Municípios Portugueses do Vinho – Adesão – Proposta Nº 30 / P / 2007-----

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: -----

--- *“Tendo em conta que:*-----

--- *A Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV), com sede no Museu Rural e do Vinho do Concelho do Cartaxo, tem como objectivo a afirmação da identidade histórico-cultural, patrimonial, económica e social dos municípios portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade.* -----

--- *Proponho:*-----

--- *A adesão do Município de Azambuja à Associação de Municípios Portugueses do Vinho.* -----

--- O envio da presente proposta à Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do nº 6 do art. 64º em conjugação com a alínea m) do nº 2 do art. 53º da Lei das Autarquias Locais.”-----

--- O Sr. Presidente esclareceu que a presente proposta diz respeito à Adesão do Município de Azambuja à recém-criada Associação de Municípios Portugueses do Vinho. Esta Associação tem como objectivo a produção de vinho e está a preparar uma grande campanha de promoção da marca Ribatejo. Se aprovada esta proposta será sujeita a apreciação da Assembleia Municipal.-----

--- O Sr. Vereador António Nobre referiu que o vinho tem grande importância para o Município de Azambuja, exemplo disso é a recém terminada ÁVINHO. Questionou se esta Associação irá divulgar os vinhos a nível nacional, uma vez que se intitula Associação de Municípios. Acrescentou que os Estatutos, devido à reviravolta no associativismo municipal, terão que ser alterados.-----

--- O Sr. Presidente explicou que a Associação de Municípios Portugueses do Vinho é de âmbito nacional e que os Municípios da CULT, irão candidatar-se a fundos comunitários, para divulgação/ promoção da marca de vinho Ribatejo.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 30 / P / 2007 aprovada por unanimidade.-----

Ponto 2 – Protocolo entre o Município e a Associação de Caçadores do Paraíso – Proposta Nº 31 / P / 2007-----

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que é competência da Câmara deliberar sobre formas de apoio às Colectividades que promovam actividades de interesse municipal, de natureza cultural e recreativa;-----

--- Considerando que a Associação de Caçadores do Paraíso tem tido dificuldades na obtenção de um espaço para instalar a sua Sede Social;-----

--- Considerando que o Município é proprietário de um prédio urbano sito na freguesia de Vale do Paraíso, denominado por “Casa Colombo”, que apesar de cedido em parte ao Rancho Folclórico Danças e Cantares de Vale do Paraíso, não se encontra totalmente ocupado.-----

--- Proponho:-----

--- Que a Câmara Municipal delibere, ceder o uso e fruição de parte do identificado prédio urbano à Associação de Caçadores do Paraíso, nos termos e Condições do Protocolo que se anexa à presente Proposta e que dela faz parte integrante.”-----

--- O Sr. Presidente solicitou que as Propostas nº 31/P/2007 e nº 32/P/2007 fossem retiradas por não estarem devidamente fundamentadas e por não virem acompanhadas da planta da Casa Colombo. Comprometeu-se a levá-las à próxima sessão de Câmara para apreciação.-----

--- A Proposta n.º 31 / P / 2007 foi retirada.-----

Ponto 3 – Protocolo entre o Município e o Rancho Folclórico Danças e Cantares de Vale do Paraíso – Proposta Nº 32 / P / 2007-----

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando o Protocolo celebrado entre o Município e o Rancho Folclórico Danças e cantares de Vale do Paraíso em 30 de Outubro de 2004, que junto se anexa à presente proposta;-----

--- Considerando que o Rancho necessita de dispor de um espaço maior para a exposição do seu acervo etnográfico e arquivo;-----

--- Considerando que para além do rés-do-chão do prédio urbano, cedido ao Rancho, o Município tem ainda no primeiro andar do mesmo disponíveis mais quatro salas, sem que para as mesmas esteja de imediato perspectivado qualquer uso;-----

--- Proponho:-----

--- Que a Câmara delibere ceder ao Rancho Folclórico Danças e Cantares de Vale do Paraíso, a utilização de mais duas salas nos mesmos termos do Protocolo celebrado, aprovando para o efeito a alteração da cláusula primeira número um e três, nos seguintes termos:-----

--- Primeira-----

--- 1 – Pelo presente Protocolo, o Município cede a utilização do rés-do-chão e de duas salas no primeiro andar do imóvel identificado na quinta circunstância ao Rancho.-----

--- 2 – (...)-----

--- 3 – O espaço cuja utilização é objecto do presente Protocolo, destina-se única e exclusivamente à realização de reuniões internas do Rancho, ensaios para a realização de espectáculos ou eventos de carácter social ou cultural, arquivo e exposição do seu acervo etnográfico, ficando expressamente proibido o desenvolvimento de qualquer outra actividade, não podendo por isso o Rancho dar-lhe outro uso sem autorização expressa e escrita do Município.”-----

--- A Proposta n.º 32 / P / 2007 foi retirada.-----

Ponto 4 – Atribuição de Apoio Financeiro – Proposta Nº 20/ V-ML / 2007-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que:-----

--- é competência da Câmara Municipal de Azambuja deliberar e apoiar ou participar pelos meios adequados, obras, eventos e actividades de interesse Municipal, de natureza Cultural, Desportiva e Recreativa, - cfr. al) b) do nº 4 do art. 64 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro;-----

--- a Banda de Música do Alto Concelho tem desenvolvido um louvável projecto, através da sua escola de música do ensino de música a crianças e jovens, e que requer um investimento significativo no sentido de serem criadas as condições para um efectivo desempenho de tal objectivo.-----

--- Proponho:-----

--- A atribuição de um apoio financeiro no valor de 1.500€, à Banda do Alto Concelho, para a compra de instrumento musical, sendo a verba transferida para a Associação Cultural e Recreativa da Maçussa.”-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal esclareceu que a presente proposta visa a atribuição de um apoio financeiro, no valor de 1.500,00€, para compra de instrumento musical, à Banda de Música do Alto Concelho, que integra as freguesias de Maçussa, Manique do Intendente e Vila Nova de São Pedro.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 20 / V-ML / 2007 aprovada por unanimidade. -----

Ponto 5 – INFORMAÇÕES-----

--- O Sr. presidente informou que irá nomear, nos termos dos estatutos dos Eleitos Locais e da Lei das Autarquias Locais, a partir de 6 de Maio, como Chefe de Gabinete, o Sr. José Eduardo Pereira.-----

5.1. Vereador António José da Fonseca Nobre-----

--- “Assunto: Apresenta justificação de falta à sessão ordinária de 16 de Abril de 2007”-----

--- Aprovada por unanimidade-----

5.2. Vereadora Sónia Pratas Henriques Botas-----

--- “Assunto: Solicita substituição na reunião de 16 de Abril de 2007”-----

--- Aprovada por unanimidade-----

5.3. Vereadora Élia Maria Curvacho da Silva Paula-----

--- “Assunto: Solicita substituição na reunião de 16 de Abril de 2007”-----

--- Aprovada por unanimidade-----

5.4. Vice-presidente Luís Manuel Abreu de Sousa-----

--- “Assunto: Solicita substituição na reunião de 02 de Maio de 2007” -----

--- Aprovada por unanimidade -----

5.5. ANMP – Ofício Circular 52/ 2007, datado de 19-4-07-----

--- “Assunto: A compatibilidade entre Exercício de Funções de Gestão em Empresas Municipais e Exercício de Funções em Câmaras Municipais.”-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

ACTA – APROVAÇÃO POR MINUTA -----

--- A acta da presente reunião foi aprovada por minuta, no final da reunião, nos termos de n.º 3, do art. 18.º, do Regimento da Câmara Municipal de Azambuja, aprovado em 28 de Outubro de 2005.-----

Encerramento-----

--- Eram dezanove horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. -

--- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada. -----